



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

**ASPECTOS DE LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTO EM
ESTUDANTE DE AEE: Um relato de experiência em Estágio
Supervisionado**

Valdenice Maria Rodrigues de Lima Oliveira Leão

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Letras da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia.

Orientador(a): Prof^a Dr^a Aliete G. C. Rosa

**Recife,
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L437a Leão, Valdenice Maria Rodrigues de Lima Oliveira
ASPECTOS DE LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTO EM ESTUDANTE DE AEE: Um relato de
experiência em Estágio Supervisionado / Valdenice Maria Rodrigues de Lima Oliveira Leão. - 2023.
20 f. : il.
- Orientadora: Aliete Gomes Carneiro Rosa.
Inclui referências e anexo(s).
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em Letras, Recife, 2023.
1. Estágio Supervisionado Obrigatório. 2. Formação Docente. 3. Atendimento Educacional
Especializado. I. Rosa, Aliete Gomes Carneiro, orient. II. Título

CDD 410

FOLHA DE APROVAÇÃO

VALDENICE MARIA RODRIGUES DE LIMA OLIVEIRA LEÃO

ASPECTOS DE LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTO EM ESTUDANTE DE AEE: Um relato de experiência em Estágio Supervisionado

Relato de experiência apresentado junto à Unidade de Educação a Distância e Tecnologia (EADTec/UFRPE) como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Letras.

Aprovada em ___/_____/___(data da apresentação)

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Aliete Gomes Carneiro Rosa (UAEADTec/UFRPE)
Presidente e Orientador

Prof^a. Lilian Débora de Oliveira Barros
Examinadora

Prof^a. Cinthia de Oliveira Andrade
Examinadora

ASPECTOS DE LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTO EM ESTUDANTE DE AEE: Um relato de experiência em Estágio Supervisionado

Valdenice Maria Rodrigues de Lima Oliveira Leão

Licenciatura em Letras UAEADTec/UFRPE

Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE

valdenyce_oliveira@yahoo.com.br

Aliete Gomes Carneiro Rosa

Licenciatura em Pedagogia UAEADTec/UFRPE

Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE

aliete.rosa@ufrpe.com

RESUMO: Este relato trata da observação das práticas de docentes junto a estudante de atendimento educacional especializado durante o Estágio Supervisionado realizado em escola pública localizada no Município de Carpina-PE, no período de Fevereiro a Novembro de 2023. Desse modo, foi possível observar a importância da formação em Atendimento Educacional Especializado (AEE) e em Educação Especial em todas as áreas, mas especificamente no trato com leitura e compreensão de texto. Entendemos que não apenas as licenciaturas em Letras, mas também, para professores de todas as áreas, a fim de que se oportunize para uma educação mais direcionada às particularidades dos estudantes e uma educação inclusiva. Assim, este trabalho responde à necessidade de formação especializada em AEE diante das dificuldades que surgirão no dia a dia dos professores e a formação específica permite garantir aos estudantes uma educação mais inclusiva com práticas inclusivistas e com equidade de oportunidades. Observou-se que as dificuldades são grandes, mas as possibilidades são igualmente importantes e que o estágio amplia a visão dos futuros profissionais para qualquer área que queiram atuar, além de possibilitar a prática do que se aprendeu na academia.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado Obrigatório. Formação Docente. Atendimento Educacional Especializado.

1. Introdução

O campo de atuação do profissional de Língua Portuguesa vem crescendo a cada dia, indo muito além da educação formal. A formação nesta área permite ao profissional uma gama de atividades para além da docência.

Assim como em relação às demandas de ensino, outras interseções têm

sido feitas na área e uma delas vem se destacando que é a atuação junto a alunos com deficiência. Uma vez que estudantes com deficiência têm tido mais acesso à educação formal, tem sido tarefa do profissional de Letras atuar na área de letramento e linguagem voltada para esses estudantes. Dessa forma, a educação inclusiva cria um ambiente inclusivo e de desenvolvimento, atendendo aos estudantes conforme suas necessidades. Desse modo, como meio de garantir essa educação inclusiva para pessoa com deficiência, as escolas contam, atualmente, com o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), profissional responsável pela assessoria psicopedagógica, pelos encaminhamentos dos estudantes a outros profissionais, criando uma rede multidisciplinar, que possibilita uma educação personalizada com práticas inclusivistas e para todos(as). A área de linguagem, de modo particular, apresenta-se com um desafio para as demandas escolares em relação aos estudantes com deficiência.

Tendo em vista que a Constituição Federal (CF), em seu Art. 205 assegura a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, o Art. 208 da Carta Magna garante, também, a educação inclusiva para todos os estudantes, fazendo assim, com que esse direito seja garantido e promovido nas instituições de ensino. BRASIL [Constituição (1988)]. Nessa direção, pode-se dizer que a Educação Especial surge como um ramo da educação para garantir o cumprimento dos dispositivos legais relacionados à educação inclusiva, fazendo com que as redes de ensino cumpram todos os seus deveres relacionados ao direito e à educação desses estudantes, sem que ocorra qualquer distinção.

No contexto escolar brasileiro, o Atendimento Educacional Especializado tem sido realizado em todas as modalidades de ensino, disponibilizando recursos no processo de ensino e aprendizagem, através da orientação em relação a sua utilização (BRASIL, 1996).

Assim, este relato de práticas vivenciadas durante o Estágio Supervisionado em escola pública localizada no Município de Carpina-PE, no período de Fevereiro a Novembro de 2023, observou a presença de estudantes com deficiência na sala de aula, do Ensino Fundamental. Dessas observações,

constatamos que é preciso compreender a importância da formação do professor de Língua Portuguesa para Atendimento Educacional Especializado e em Educação Especial (AEE). Entendemos que não apenas o profissional de Letras, mas a formação inicial de todas as licenciaturas deve preconizar a importância do conhecimento e do Atendimento Educacional Especializado nas licenciaturas, para uma educação mais inclusiva. O objetivo responde à necessidade de formação especializada em AEE diante das dificuldades que surgirão no dia a dia dos professores e a formação adequada permite incluir o aluno e ajudá-lo no processo de ensino aprendizagem com maior propriedade.

Dessa maneira, neste trabalho observamos atividades de duas professoras que fazem atendimento a um mesmo estudante com deficiência mental. O aluno, que aqui denominaremos de José, a fim de preservar a privacidade do estudante, e as professoras nomearemos de Docente 1 e Docente 2, estão no contexto de uma escola pública em turma de nono ano do ensino fundamental. A segunda atua como docente do ensino regular, pela manhã, e a primeira faz atendimento a ele no contraturno como professora de atendimento especializado.

O estudante tem 21 anos, mas tem diagnóstico de idade mental de, pelo menos, seis anos a menos que sua idade cronológica. As observações foram realizadas durante o período do Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de Licenciatura em Letras e consideraram a importância do conhecimento de atividades de linguagem por professores do AEE para melhor desempenho dos estudantes com deficiências.

2. A Legislação, o Profissional de AEE e os desafios da aprendizagem da compreensão leitora

2.1 Situando a legislação do AEE

A Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001 (CNE/CEB), institui diretrizes para a educação especial apresentada-a como uma modalidade da educação básica que inclui diferentes etapas e níveis para atendimento a estudantes com algum tipo de deficiência, transtornos globais do

desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2011). Esse atendimento se dá de forma especializada, incluindo a disponibilização de recursos multifuncionais que vêm auxiliar o processo de ensino e aprendizagem desses estudantes (Peterle; Falqueto, 2016).

O Atendimento Educacional Especializado é sempre desafiador e requer postura bastante dedicada e atenta por parte das instituições e dos profissionais do ensino. Sabe-se que as instituições de ensino brasileiras têm o dever de realizar a matrícula de alunos com deficiência ou com transtornos de desenvolvimento, como, por exemplo, a superdotação, em escolas que ofereçam o ensino regular e ofertar o Atendimento Educacional Especializado, também conhecido como AEE.

Destarte, acredita-se que essas instituições de ensino estarão promovendo o acesso com igualdade e equidade de oportunidades de aprendizagem a todos os estudantes, levando em consideração as necessidades de cada um, sem fazer qualquer distinção, o que favorece à inclusão social e educacional, melhorando a qualidade da educação e do desenvolvimento de cada estudante.

Desta forma, para tratar do tema como um direito, é preciso entender que a Constituição Federal, em seus artigos 205 e 208, deixa evidente o direito de todos à educação e ao atendimento educacional especializado que visa o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho (BRASIL, 1988). Também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL,1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL,1996) que vem fomentar o direito já existente com relação à educação para todos. Porém, deixa claro que essa educação precisa ser ofertada, preferencialmente, na rede regular de ensino, com serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às particularidades dos estudantes de educação especial (BRASIL, 2001).

Mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) trouxe alguns dispositivos, dentre eles destacam-se os artigos 27 e 28 (BRASIL, 2015) que apontam para o direito à educação da pessoa com

deficiência dentro do sistema educacional em todos os níveis, ao longo da vida, para desenvolver habilidades em todos os âmbitos, sendo dever do Estado e da família assegurar a educação e acesso:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar (BRASIL, 2015).

Como se pode observar, nas palavras do Estado, a educação a ser garantida às pessoas com deficiência necessita da parceria Estado-família, porém, o poder público deve criar os espaços e as políticas para implementação de instalações físicas, dispondo de profissionais que irão lidar com esses alunos.

A Resolução Nº 4 de 2 de Outubro de 2009, CNE estabelece a função do AEE de identificar, elaborar e organizar os recursos e métodos pedagógicos e de acessibilidade que venham diminuir e acabar com os obstáculos que os alunos com deficiência acabariam possuindo, levando em consideração as necessidades de cada um e promovendo sua participação efetiva (BRASIL, 2009).

Assim, esse atendimento vem complementar ou suplementar a formação e o desenvolvimento dos alunos com deficiência, promovendo a autonomia e a independência destes tanto no ambiente escolar como fora dele. Ou seja, é ofertado como forma adicional para promover um melhor desempenho na vida escolar e social desses alunos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, (BRASIL, 1996), em seu artigo 58, a educação das pessoas com deficiências deve ser feita, preferencialmente, em classes e em escolas comuns e em escolas especializadas quando as anteriores não permitirem a integração do estudantes. Segundo, ainda a LDB, no Art. 59 e inciso III, o Estado deve assegurar formação adequada de professores e profissionais para lidar com o

atendimento especializado. Nesse sentido, é importante que a formação inicial de professores esteja alinhada com as políticas de formação para pessoas com deficiência, uma vez que esses estudantes serão os futuros professores desses espaços escolares.

Outro desafio para o AEE são os recursos utilizados na educação especializada. Para que esse atendimento seja efetivo, dentre essas demandas encontram-se a garantia dos recursos e condições de acessibilidade em relação ao currículo, assim como os materiais didáticos precisam ser apropriados e adequados. Também os equipamentos e espaços destinados a esse atendimento, e aos meios tecnológicos utilizados nas atividades pedagógicas precisam de efetiva atenção do Estado e das secretarias de educação.

A legislação do AEE prevê o trabalho na escola, nas salas de AEE, com estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino o que enseja do professor de Atendimento Educacional Especializado atuação de forma complementar ou suplementar, promovendo, assim, o acesso do aluno ao ensino básico na melhor forma possível (BRASIL, 1996)

O atendimento educacional especializado, comumente, é realizado na Sala de Recursos Multifuncionais da escola, podendo, também, ser realizado em algum outro espaço de caráter público ou privado e que possua convênio com a Secretaria de Educação. Nesses casos, esse atendimento deve fazer parte do projeto pedagógico do próprio centro e deve englobar os recursos utilizados, o plano do professor de AEE, além dos professores envolvidos e os outros profissionais, caso necessário, em acordo com as instruções da Secretaria de Educação (BRASIL, 2009). É importante destacar que esses centros precisam se adequar aos dispositivos legais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação.

No que toca à formação de professores, é necessário que o professor tenha licenciatura em docência e pós em AEE para habilitá-lo ao exercício da docência e atuação na educação especial.

2.2 Atividades de leitura e compreensão em sala de AEE

Ler é uma competência importante quando se trata da formação do cidadão como um todo. No que diz respeito ao trabalho com leitura em sala de atendimento especializado, os desafios são ainda maiores uma vez que é preciso conjugar o que seja desenvolver competência leitora com os objetivos dos estudantes com deficiência.

Genericamente, ler é compreender e interpretar textos de diversos gêneros e tipos e com eles interagir para agir sobre o que está posto. Essa habilidade, pode se desenvolver dentro e fora do ambiente escolar, no entanto, está bastante ligada à instrução formal obtida nas escolas. Mais especificamente, tem sido tarefa da escola lidar com o desenvolvimento da competência leitora, embora não seja a única agência responsável por isso. É verdade, também, que não é apenas na escola que se dá esse processo. Ele é sistematizado nesse espaço, mas não se dá unicamente nele a responsabilidade de torná-lo possível.

Estudos sobre a compreensão leitora feitos por Isabel Solé (1998) apontam que o desenvolvimento da competência leitora requer um conjunto de habilidade que entram em confluência no momento do ato de ler: atenção, percepção, compreensão, memória, compreensão do funcionamento do sistema (se é texto verbal) os quais dão significado ao texto. É nesse ponto que o trabalho com alunos com deficiência se torna desafiador porque requer do professor acompanhamento e percepção daquilo que o estudante consegue realizar bem como do que é preciso desenvolver.

Leitura não é apenas decodificação, mas interação com o texto para aprofundamento de ideias. Lemos por diferentes razões e que não lemos todos os textos da mesma forma. A leitura sem interpretação não garante o pleno entendimento e acesso ao conhecimento. É necessário que haja compreensão do signo linguístico, compreensão dos sentidos de quem lê, contexto. Durante a realização de uma leitura, é preciso estabelecer obrigatoriamente um diálogo entre texto, autor e leitor. Os PCN (1997) vão além e apontam que,

Para aprender a ler, portanto, é preciso interagir com a diversidade de textos escritos, testemunhar a utilização que os já leitores fazem deles e participar de atos de leitura de fato; é preciso negociar o conhecimento que já se tem e o que é apresentado pelo texto, o que está atrás e diante dos olhos, recebendo incentivo e ajuda de leitores experientes. (PCN, Parâmetros Curriculares Nacionais de língua Portuguesa de 1ª a 4ª Série de 1997, p. 56).

Assim, aprender a ler requer compreensão e interação não só com o texto, mas com o mundo. O processo vai além do texto e da decodificação. Segundo Solé (1998, p.55), *compreender é um esforço cognitivo durante o ato de ler, seja qual for o texto*. De acordo com a autora (1998, p. 31), o desenvolvimento da leitura é importante porque esta é uma habilidade fundamental para o desenvolvimento pessoal e acadêmico de crianças e jovens. Assim a leitura não deve ser vista apenas como uma tarefa escolar, mas como uma prática social significativa.

A autora defende, ainda, que a leitura é um processo ativo em que os leitores interagem com o texto, fazem diferenças, formulam perguntas e constroem significados a partir do que leem, enfatizando a importância de ensinar estratégias de compreensão para que os alunos se tornem leitores proficientes. Vale destacar que o contexto sociocultural do leitor desempenha um papel crucial na compreensão da leitura. Assim sendo, é importante levar em consideração o contexto cultural e linguístico dos alunos ao ensinar a leitura uma vez que leitura não é uma atividade isolada, mas, sim, uma prática social que envolve a interação com outras pessoas e a participação em comunidades de leitores, incentivando a criação de ambientes de leitura ricos e colaborativos.

A depender da deficiência do estudante, a elaboração do próprio contexto nem sempre é simples. O desenvolvimento das habilidades de leitura e compreensão dependem do desenvolvimento de linguagem verbal e não verbal para ampliação de competências de leitura.

No que respeita ao trato da competência leitora, é necessário que os professores tenham diversas estratégias e apresentem aos alunos uma ampla variedade de textos, incluindo literatura, textos informativos, mídia digital e muito mais, para promover a alfabetização comprometida com os vários letramentos, que não se limita apenas a habilidades básicas de decodificação,

mas leve em conta a capacidade de reflexão sobre o mundo. Até mesmo o desenvolvimento de estratégias leitoras podem não ser alcançados, pois essas estratégias podem funcionar para alguns alunos e para outros, não (Solé 1998, p.52).

Mais especificamente no atendimento dos estudantes com deficiência, o trabalho com leitura é ainda mais diversificado. Isso se dá porque cada deficiência apresenta uma particularidade, tornando o trabalho de leitura proposto no AEE uma atividade única. Nesse sentido, estabelecer grandes e muitos objetivos para um estudante com deficiência mental pode frustrar alunos e professores assim como estabelecer metas curtas para estudantes com altas habilidade e desconhecer seu contexto e seu interesse pode ser mais frustrante ainda.

2.2.1 Atividades de linguagem com estudante de AEE na sala de aula do Estágio Supervisionado

Pensando sobre os fundamentos do estágio supervisionado, podemos compreender sua contribuição para a formação profissional em dois sentidos. De acordo com Santos *et al.*(2010, p.11), em primeiro lugar o estágio vai proporcionar um conhecimento mais amplo e uma visão mais crítica acerca do ambiente escolar. Em segundo lugar, a prática do estágio também irá propiciar o desenvolvimento de uma dimensão extremamente importante da formação profissional: a atitude investigativa do professor, a qual certamente é a base para a construção de uma prática pedagógica eficaz e adequada ao contexto escolar.

No contexto deste relato, o estágio supervisionado iniciou em 2022.1, quando do retorno às aulas presenciais regulares após o período pandêmico. À época foi possível observar alunos exaustos e traumatizados com tudo que fora vivenciado dentro dos seus próprios contextos. Os relatos dos estudantes se deram sempre na direção do cansaço, do medo, além de dor e de perdas.

Inicialmente, deparamo-nos com uma série de questões trazidas do âmbito familiar e social que necessitavam de mais atenção, tanto por parte dos alunos como por parte dos profissionais da educação (professores, equipe

gestora etc). Desta forma, foi necessário um período maior para (re)adaptação e (re)conhecimento da escola campo e da equipe como um todo. Contudo, apesar do contexto, fomos bem acolhidos.

Pimenta e Lima (2004) enfatizam que a função do orientador (no caso do estágio supervisionado) é refletir com seus alunos sobre as vivências que já trazem, e vislumbrar um novo conhecimento que ressignifique suas práticas, ponderando as condições objetivas, a história e as relações de trabalho. Assim, os supervisores do estágio deram grande liberdade e autonomia para que nos apropriássemos dos conteúdos, identificando demandas e tentando apontar caminhos que pudessem trabalhar com os alunos. Para isso, nas práticas de estágio, fizemos debates com os estudantes na escola a fim de entender as reais necessidades, tentando pensar criticamente o conteúdo que iríamos trabalhar.

Depois de entender e perceber algumas necessidades, vimos que a compreensão leitora estava bastante defasada. Assim, foi necessário começar um trabalho mais dinâmico com relação à leitura e à oralidade, fazendo os alunos refletirem um pouco mais sobre a nova realidade, tornando-os protagonistas nas aulas. Mesmo tentando trazer esse dinamismo para sala de aula, os professores perceberam que não seria nada fácil fazer com que esses alunos enxergassem a necessidade de se tornar mais participativos nas aulas.

Além desse cenário, outro nos chamou a atenção, pois havia um aluno AEE dentro da sala de aula regular. O mais interessante foi ver como a professora conduzia esse aluno na sala: as atividades eram diferenciadas diante da deficiência mental dele, ela fazia sempre atividades de motivação, memorização e alfabetização repetidas vezes. O aluno não é alfabetizado e não tem o mesmo nível de entendimento dos conteúdos que os demais alunos e tem um laudo médico de deficiência intelectual. É um adulto de 21 anos com idade intelectual de um adolescente de 15 anos. Ou seja, sua idade mental é seis anos a menos do que realmente tem no documento. Observamos a aplicação das atividades e percebemos que o mesmo memorizava o que era falado, mas esquecia os conteúdos com muita facilidade.

Segundo Solé (1998, p.68), a alfabetização com fins de aprendizagem

de leitura e escrita, contudo, isso vai muito além de técnicas, pressupondo que o domínio da leitura e da escrita impacta diretamente no aumento do domínio da linguagem oral, da consciência metalinguística e reflete nos processos cognitivos envolvidos nas tarefas diárias. No entanto, para um aluno com deficiência mental, esse desafio é ainda mais gritante. Logo abaixo, na imagem 1, é possível vermos a reaplicação de atividade de sistematização de conhecimento sobre as vogais feita pela docente, o que tem sido um trabalho rotineiro uma vez que o estudante apresenta dificuldades com memorização e uso do sistema alfabético. Assim, a professora sempre repete atividades dessa natureza.

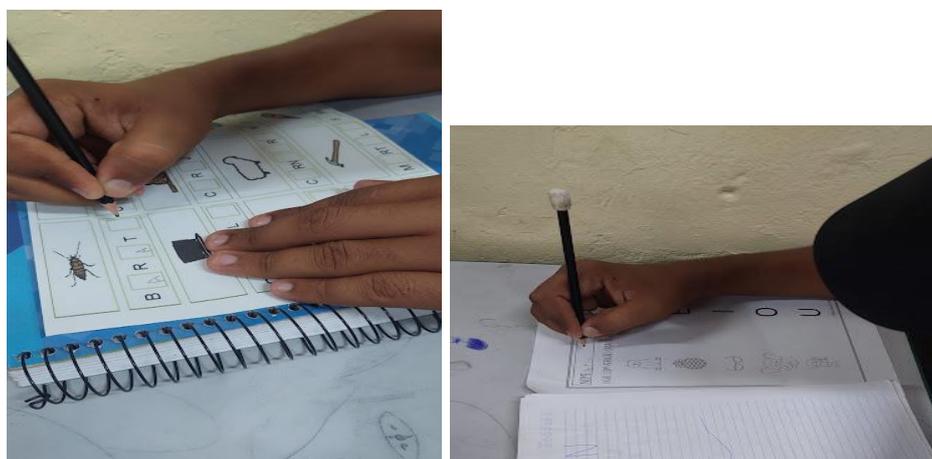


Imagem 1: Reaplicação da atividade sobre as vogais

Fonte: Arquivo da autora

Com relação às vogais, há uma boa memorização, já com as consoantes o conhecimento ainda não foi consolidado. Essa é uma questão importante de se observar uma vez que a língua portuguesa é uma língua alfabética de princípio fonográfico. Embora nem sempre haja correlação entre letras e sons, as vogais, como têm som e as consoantes soam ao som das vogais, para a memorização do funcionamento do sistema, a vogal se torna central no processo de aprendizagem das línguas alfabéticas. Como nesse processo a compreensão do reconhecimento das letras e sons é, também, necessária para formação silábica, o estudante tem certa dificuldade em compreender a representação gráfica sem som (daí o nome de consoante).

Quando as atividades diziam respeito à compreensão de texto, o estudante se comportava de outra forma. Assim, foi aplicada uma atividade usando uma fábula, *A cigarra e a Formiga* e a tarefa dada a ele era ouvir para recontar. A aplicação foi bem tranquila. A professora contou a fábula e em seguida pediu que ele fizesse o reconto do que tinha acabado de ouvir. Com o auxílio das imagens de cigarra e formiga, impressas e entregues a ele a fim de ajudá-lo no processo de reconto, o aluno memorizou a sequência textual e, do jeito dele, começou a recontar a história estendendo a compreensão do texto para sua vivência. Durante o reconto, ele contou que, próximo a sua casa, tinha cigarras e formigas em razão da proximidade com algumas árvores. Essa experiência atesta o que diz Solé (1998) sobre o conjunto de habilidade que entram em confluência no momento do ato de ler: atenção, percepção, compreensão, memória, compreensão do funcionamento do sistema. Não apenas isso, mas a experiência de mundo do estudante acabou por tornar significativa a atividade. Foram as leituras, os letramentos e as experiências de mundo trazidas pelo estudante que tornaram a atividade viva para ele. Assim, percebemos que era mais fácil ele compreender textos quando associava a fatos do seu dia a dia e facilmente ele soube identificar os personagens da fábula.

No tocante às estações do ano, verão e inverno, ele não soube falar exatamente em razão do nível de abstração que a experiência requer. Contudo, soube associá-las ao sol e à chuva, que ele costuma ver e presenciar no seu cotidiano.

No que diz respeito às atividades desempenhadas por cada personagem na fábula, o aluno trocou constantemente o papel de cada um. Como também, hora ou outra trocou sol por chuva e vice-versa e trabalho por descanso/descanso por trabalho.

Desta forma, ficou claro que ele entendeu a fábula, embora não conseguisse organizar os fatos em ordem cronológica. A isso Solé (1998) aponta como competência para *sequenciação dos conteúdos*. As atividades de leitura devem ajudar os alunos a estabelecer o maior número possível de relações entre o que já sabem e o que lhes é oferecido como novo.

Nessa atividade, ficou claro que, de fato, houve o entendimento do texto.

Ao final da aplicação da atividade, a professora pediu para ele desenhar os personagens (Imagem 2) e perguntou qual seria, para ele, o entendimento geral (moral) da fábula. A resposta do estudante foi de que “No sol tem que trabalhar, senão na chuva fica com fome”, isso mostra que o conhecimento foi construído.

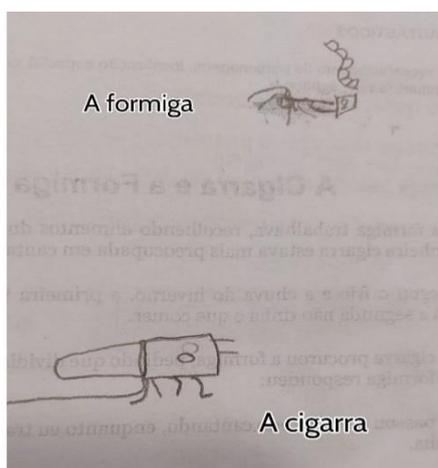


Imagem 2: ilustração da fábula A formiga e a cigarra
 Fonte: Arquivo da autora

A partir das atividades aplicadas com o aluno do AEE, entrevistamos as duas professoras para sistematizar e entender melhor essa relação aluno–professor no AEE.

A tabela abaixo sistematiza as respostas e podem ser verificadas a partir das falas das docentes.

ENTREVISTAS COM AS DOCENTES		
Perguntas	Docente 1	Docente 2
Qual sua formação?	Licenciatura em Pedagogia e em Ciências Biológicas. Especializações: Ensino das Ciências; Educação em Direitos Humanos; Docência em Libras; Educação Especial	Graduação - Pedagogia e Letras Pós - Psicopedagoga

Quanto tempo trabalha no AEE?	Trabalho com AEE há 9 anos	Não sei ao certo. Mais de 5 anos. Aqui na escola temos uma sala de recursos específica para o AEE desde 2014. Trabalho há 17 anos na escola pública que sempre recebeu alunos com necessidades especiais, mas nem sempre esses alunos possuem laudo médico.
Quais desafios você enfrenta com os estudantes de AEE?	O maior desafio é alfabetizar alunos com deficiência Intelectual associado a outros transtornos de aprendizagens. Existem outros desafios, como a falta de compromisso da família em mandar o estudante para os atendimentos e também ajudá-lo nas atividades em casa; o descompromisso dos professores regulares em realizar adaptações necessárias em objetivos e atividades específicas de acordo com as necessidades do aluno; etc	A dificuldade de aprendizagem é o maior desafio. Não temos tempo suficiente para preparar atividades diversificadas e nem formação da rede pública para trabalhar com esse público.
Qual desafio de trabalhar com aluno José em relação à linguagem?	Especificamente com ele, o maior desafio é a memorização no processo de aprendizagem, não só em linguagem como de modo geral, pois ele aprende e esquece. Ele tem dificuldade em compreender palavras e informações apresentadas de forma escrita pelo fato de não dominar a leitura. Não reconhece a maioria das letras e números, por isso é essencial utilizar uma linguagem clara e simples, com o uso de imagens, gestos e objetos concretos para auxiliar na compreensão e, conseqüentemente, na aprendizagem dele.	Ele não reconhece todas as letras do alfabeto, não faz a relação de som-grafia e esquece rapidamente do que foi explicado na aula. Além de faltar demais.
Que objetivos você tem para alfabetizar o aluno José?	Ensinar ao aluno o nome e o formato das letras do alfabeto; Ensinar ao aluno a correspondência entre as letras e os seus sons; Ajudar o aluno a ler e escrever palavras simples; Incentivar o aluno a reconhecer palavras em situações do dia a dia, como rótulos de alimentos, nomes de objetos, palavras em placas ou sinais de trânsito.	A socialização e a autoestima é sempre trabalhada durante as aulas. Reconhecer as letras do alfabeto; associar as letras aos sons e ler e escrever palavras.

Quadro 1: Entrevistas com as Docentes
Fonte: Autora

As professoras, de formações diferentes e com tempos de atuação diferentes, mostram concepções diferenciadas sobre ensino de estratégias leitoras. Investir em atividades de memorização como é o caso das atividades que trabalham com o alfabeto ou vogais se mostraram pouco produtivas e exatamente o investimento feito pela docente 2. Já atividades que requerem

experiência de mundo se tornam mais produtivas para o estudante.

As observações, embora prematuras, apontam para diferenças de concepções de ensino que parecem apontar para a formação especializada em AEE no caso da Docente 1. Embora os objetivos de aprendizagem sejam muitos, no caso dessa docente em especial, as práticas mostram objetivos mais próximos do alunos. Esse fato se justifica pela formação da professora do AEE, formação específica para atuar diminuindo as barreiras existentes no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência.

3.Considerações Finais

Este relato de experiência realizado no estágio supervisionado em escola pública, alcançou seu objetivo de mostrar a importância da formação docente em AEE, não só para o professor de língua portuguesa, como também de qualquer área visto que, faz necessária uma educação inclusiva mediante a tantos problemas que surgiram e ainda surgirão dentro da sala de aula.

A formação em AEE faz toda diferença no processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiências. É desafiador pensar que a alfabetização para muitos não pode acontecer de forma integral, seja por algum tipo de deficiência (caso do relato) ou por ineficiência do próprio sistema de ensino que não capacita de forma adequada os docentes, especificamente os da língua portuguesa. Fica claro que o aluno José é capaz de compreender se estimulado da maneira correta e será capaz também de ler e escrever. Questões apontadas pelas docentes interferem no trabalho com o estudante de forma mais apropriada: falta de tempo para desenvolver atividades específicas, falta de comprometimento da família para manter o aluno ativo na escola, falta de formação por parte do Estado para os docentes entre outros aspectos.

O estágio supervisionado, apesar das dificuldades encontradas, possibilitou o entendimento de que a educação é dinâmica, o processo educativo requer que nos reinventemos e nos capacitemos constantemente. Deixou claro,

também, que a formação inicial deve estar comprometida com as pessoas com deficiência a fim de que os futuros professores possam lidar com os alunos de forma adequada no cumprimento do que expõe a legislação.

Torna-se, portanto, interessante que futuras pesquisas sobre o tema possam estudar a importância da formação em AEE para todas as áreas docentes. Esperamos assim, que este relato possa contribuir para ampliar a discussão sobre as possibilidades de uma educação inclusiva, a fim que mais estudantes e profissionais se interessem por esse campo de atuação e possam fomentar a educação em AEE, pois o professor do AEE é o especialista da inclusão dentro da escola, mas apenas a formação específica do AEE não dá conta de todas as demandas, de todas as especificidades recebidas. É fundamental que o professor regular tenha formação mínima na área da inclusão e que sejam oferecidos momentos formativos específicos voltados às demandas que surgirem.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: Acesso em: 28 de mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília. Disponível em: . Acesso em: 30 de mai. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília. Disponível em: . Acesso em: 30 de mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Brasília. Disponível em: . Acesso em: 31 de mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa de 1ª a 4ª Série**. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Brasília. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 14 de dez. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009**. Brasília. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 31 de mai. 2023.

PETERLE, C. L. B. C.; FALQUETO, Z. E. **Atendimento educacional especializado (AEE): garantias e orientações legais**. Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação de Venda Nova do Imigrante, Venda Nova do Imigrante (ES), 2016

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, M.; SILVA, I. M.; SIQUEIRA, A. **Estágio Curricular Supervisionado I**. Recife: UFRPE, 2010.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. 6.ed- Porto alegre: Artes médicas, 1998.

ANEXO 1



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos GLAUCIONE ALVES DA SILVA para participar da Pesquisa intitulada ASPECTOS DE LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTO EM ESTUDANTE DE AEE: Um relato de experiência em Estágio Supervisionado, sob a responsabilidade do pesquisador Valdenice Maria Rodrigues de Lima Oliveira Leão, a qual pretende demonstrar a importância da formação do professor de Língua Portuguesa, em Atendimento Educacional Especializado e em Educação Especial (AEE). Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista com respostas para perguntas específicas, relacionadas ao AEE.

Não haverá riscos decorrentes da sua participação na pesquisa uma vez que seu nome e sua imagem serão preservados. Se você aceitar participar, os resultados decorrentes do estudo poderão ajudar a comunidade acadêmica a compreender quais tipologias de atividades podem ser viáveis para estudos com estudantes de AEE e estará contribuindo para enfrentamento de desafios com estudantes com dificuldades de aprendizagem.

Se depois de consentir sua participação, desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem prejuízo a sua pessoa.

Esclareço que a Sra. não terá despesas e também não receberá remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, a Sra. poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço valdenyce_oliveira@yahoo.com.br, pelo telefone (81) 98752-3879.

Consentimento Pós-Informação

Eu, Glauceione Alves da Silva, fui informado sobre o projeto ASPECTOS DE LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTO EM ESTUDANTE DE AEE: Um relato de experiência em Estágio Supervisionado que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser.

Este documento foi emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: 09/11/2023

Glauceione Alves da Silva
Assinatura do participante

Valdenice M. R. de O. Leão
Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXO 2



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos RENATA GLAYCE CARNEIRO DA SILVA para participar da Pesquisa intitulada ASPECTOS DE LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTO EM ESTUDANTE DE AEE: Um relato de experiência em Estágio Supervisionado, sob a responsabilidade do pesquisador Valdenice Maria Rodrigues de Lima Oliveira Leão, a qual pretende demonstrar a importância da formação do professor de Língua Portuguesa, em Atendimento Educacional Especializado e em Educação Especial (AEE). Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista com respostas para perguntas específicas, relacionadas ao AEE.

Não haverá riscos decorrentes da sua participação na pesquisa uma vez que seu nome e sua imagem serão preservados. Se você aceitar participar, os resultados decorrentes do estudo poderão ajudar a comunidade acadêmica a compreender quais tipologias de atividades podem ser viáveis para estudos com estudantes de AEE e estará contribuindo para enfrentamento de desafios com estudantes com dificuldades de aprendizagem.

Se depois de consentir sua participação, desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem prejuízo a sua pessoa.

Esclareço que a Sra. não terá despesas e também não receberá remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, a Sra. poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço valdenyce.oliveira@ufrpe.br, pelo telefone (81) 98752-3879.

Consentimento Pós-Informação

Eu, Renata Glayce Carneiro da Silva
fui informado sobre o projeto ASPECTOS DE LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTO EM ESTUDANTE DE AEE: Um relato de experiência em Estágio Supervisionado que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser.

Este documento foi emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: 09/11/2023

Renata G. C. da Silva
Assinatura do participante

Valdenice M. R. de O. Leão
Assinatura do Pesquisador Responsável